

Microsoft Internet Explorer window showing the website of the Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH). The browser title is "CPRH :: Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Microsoft Internet Explorer". The address bar shows the URL: http://www.cprh.pe.gov.br/frme-index-secao.asp?idsecao=40. The page content includes a navigation menu with links like "Pernambuco", "Governos", "Programas", "Notícias", "Serviços", and "Fale Conosco". The main header features the CPRH logo and the text "Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos". Below the header, there is a search bar and a "Busca" button. The main content area is titled "Imprensa" and features a news article dated "25/2/2008" with the headline "CPRH participa de oficina de manejo sustentável da caatinga". The article text describes a workshop on sustainable caatinga management held in February 2008, organized by APNE and supported by the Ministry of the Environment and the Royal Botanic Gardens. The author is identified as Flávia Cavalcanti/Núcleo de Comunicação CPRH. On the right side, there is an "ARQUIVO" (Archive) section with a dropdown menu to select a month. Below the archive, there are icons for "Imprimir" (Print) and "Enviar para um amigo" (Send to a friend). The Windows taskbar at the bottom shows the system tray with the date and time (12:25) and the language set to PT.

abril / 2008

16/4/2008

Manejo florestal é alternativa para conservação da caatinga

A Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos emitiu mais quatro autorizações para atividade de manejo florestal sustentável em vegetação de caatinga. As licenças foram concedidas às associações dos assentamentos rurais das Fazendas Paraíso, Lajinha, Poldrinho e São Lourenço, em Serra Talhada, Sertão do Moxotó.



Técnicos da CPRH conferem volume da madeira manejada

Manejar uma área de caatinga significa dizer que a vegetação será extraída de forma planejada e com técnicas de exploração de menor impacto. Para isto é feita uma programação de 15 anos para a retirada gradual de trechos de vegetação (divididas em talhões) e definidas as espécies a serem retiradas e aquelas que deverão ser mantidas para garantir a regeneração da floresta. Estas informações devem estar presentes no chamado plano de manejo. Neste tipo de atividade, não é permitido o uso do fogo, garantindo menos impacto ao meio ambiente.

Cada autorização expedida segue o plano de manejo florestal apresentado e aprovado pela CPRH, onde estão definidos a área da propriedade rural a ser manejada e a delimitação dos talhões (trechos de mata divididos em 15 partes iguais), que serão exploradas um a um, a cada ano. Além de disto, cada propriedade deverá registrar em cartório a reserva legal, ou seja, os vinte por cento da área que não pode sofrer exploração econômica da vegetação, exceto para pequenas demandas do proprietário, de acordo com o que determina a Instrução Normativa CPRH nº 006/2007.

Para a diretora de recursos florestais e biodiversidade da Agência, Maria Lúcia Costa Lima, o manejo da floresta nativa, com o devido acompanhamento, é a única alternativa para que não cheguemos a exaustão da espécie florestal da caatinga, que ainda serve como matriz energética e fonte de renda para muitas atividades nas regiões do Araripe, Moxotó e Pajeú, no Sertão do Estado.



A atividade de manejo não utiliza o fogo e permite a regeneração da caatinga

A organização não-governamental Associação Plantas do Nordeste - APNE, com sede no Recife, presta assessoria aos assentamentos rurais de Pernambuco, com o apoio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente. Além de providenciar a autorização ambiental para regularizar a exploração econômica dos recursos florestais, a APNE elabora planos de manejo sustentável e acompanha a execução dos mesmos com o apoio técnico de um engenheiro florestal. De acordo com o coordenador da ONG, Frans Pareyn, "a importância do manejo está na adequação ambiental dos assentamentos, através do reconhecimento da reserva legal e da

manutenção das áreas de preservação permanente - vegetação das margens de rios e de serras. Além disso, a atividade garante uma renda de dois a três salários-mínimos ao ano para cada associação, o que complementa o rendimento obtido através da pecuária e da agricultura de subsistência".

Em 2008, a Agência CPRH já concedeu mais duas autorizações para atividade de manejo em assentamentos e uma para um particular, completando um total de sete áreas regularizadas. A Associação dos Agricultores de Nova Esperança, no município de Ingazeira, deverá suprimir oito hectares de caatinga, o que corresponde ao primeiro talhão, até o mês de setembro, quando expira o prazo da licença. Já a Associação Comunitária dos Irrigantes do Vale do Moxotó, terá o direito de suprimir 6,72 hectares de mata nativa, até novembro deste ano. Outros sete pedidos de autorização já se encontram em fase de análise na supervisão do órgão.

Cada autorização para atividade florestal tem prazo de um ano e está condiciona ao cumprimento de 12 exigências por parte do proprietário. Merecem destaque aquelas que visam à integridade do restante da vegetação que não está no plano de manejo, como a manutenção da área de reserva legal e a proibição de corte das espécies aroeira e baraúna, protegidas pela Portaria Normativa Ibama nº 83/91.

Para transportar os produtos gerados pelos planos de manejo (madeira, estaca, carvão vegetal), o proprietário rural emite o Documento de Origem Florestal - DOF que foi concedido pela CPRH. O documento autoriza a quantidade do produto a ser transportado e informa o número da nota fiscal, placa do caminhão, a origem e o destino da mercadoria, com roteiro da viagem. Para o diretor-presidente da Agência, Hélio Gurgel, "o acompanhamento do transporte de madeira manejada é de extrema importância, pois fecha o ciclo de exploração sustentável da madeira em Pernambuco, que vai desde a aprovação do plano de manejo até a concessão do DOF para o transporte do produto, o que dificulta bastante a exploração ilegal dos recursos naturais", concluiu o diretor.

Por Flávia Bezerra Cavalcanti